

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na passada semana, algumas dezenas de populares manifestaram-se contra a eventual concessão mineira prevista para a Serra da Argemela. A Serra da Argemela situa-se no Distrito de Castelo Branco e abrange as Freguesias de Lavacolhos e Silvares, do Concelho do Fundão, e a União de Freguesias de Barco e Coutada, do Concelho da Covilhã.

As populações têm vindo a demonstrar a sua preocupação, nomeadamente nas localidades dos dois concelhos abrangidos, mantendo-se muitas questões por responder e apurar. É nesse sentido que enquanto deputados eleitos pelo distrito, pretendemos recolher informações no sentido de que este processo seja o mais transparente possível e correspondam aos interesses das populações.

Em novembro de 2011 foi assinado um **Contrato de Prospecção e Pesquisa** de depósitos minerais de lítio, estanho, tântalo, nióbio, volfrâmio, rubídio, cobre, chumbo, zinco, ouro, prata e pirites na Serra da Argemela, cujas partes desse contrato foram uma empresa de prestação de serviços de prospecção e pesquisa mineira, consultadoria e assessoria na área das geociências, a PANNN – Consultores de Geociências LDA, e a Direção Geral de Energia e Geologia.

No Diário da República (2.ª série – n.º 26 – 6 de fevereiro de 2017) foi publicado o aviso n.º 1412/2017 da Direção Geral de Energia e Geologia com o pedido de concessão da exploração aos referidos minérios, na Serra da Argemela, numa área total de 404 hectares, superior até ao que terá sido definido no contrato referido anteriormente.

Segundo os populares “toda a Serra passará a ser uma exploração mineira, 400 hectares são 400 campos de futebol”, no sentido de se perceber o impacto da área a ocupar.

A população mostra-se muito preocupada com a possibilidade de os trabalhos poderem vir a ser realizados a céu aberto o que irá descaracterizar por completo a paisagem da Serra, por outro lado, o Rio Zêzere que abastece as bacias hidrográficas de Castelo do Bode, Cabril e Bouçã e que acaba por desaguar no Rio Tejo, ficando a poucos metros da Serra da Argemela o que poderá contaminar os lençóis freáticos e os cursos de água.

Existe ainda, no subsolo, uma antiga Mina de Volfrâmio que está desativada, mas que foi classificada como Monumento de Interesse Municipal, fazendo parte da história da população, motivo pela qual pretende mantê-la e até preservá-la.

A principal preocupação vai no sentido de aliar a exploração à sustentabilidade, sem agredir o

meio ambiente, ou pelo menos, minimizando os seus impactos. O que se pretende é compatibilizar o desenvolvimento da atividade económica com o bem-estar das populações. **Nesse sentido os deputados eleitos pelo Partido Socialista no Circulo de Castelo Branco pretendem ver esclarecidas muitas das questões que nos têm chegado, assim como assegurar que nada possa ser feito contra o interesse e a vontade das populações.**

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, vêm os Deputados do Partido Socialista solicitar a S. Ex.^a O Presidente da Assembleia da República que remeta ao Ministério da Economia as seguintes Perguntas:

1. Quando, em novembro 2011, foi assinado o contrato de prospeção e pesquisa de depósitos minerais foram ouvidas populações? As autarquias respetivas e abrangidas pela área de intervenção da respetiva Mina em causa foram ouvidas? Existiu alguma consulta pública no sentido de apurar o sentimento das populações quanto a esta atividade?
2. Existe um Plano de Preservação do Monumento classificado como de Interesse Municipal – a antiga Mina de Volfrâmio? Qual?
3. Foram calculados os impactos ambientais que esta exploração poderá vir a trazer para a Serra da Argemela, ao nível da paisagem, águas e solos?
4. Não deverá a eventual aprovação do pedido de concessão ser condicionada à elaboração de um Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental?
5. Poderá a área de concessão de exploração ser superior à área constante do contrato de prospeção e pesquisa?
6. As populações e autarquias serão ouvidas antes da decisão sobre o pedido de contrato de exploração da Mina em causa?
7. Na eventualidade de vir a ser autorizada, uma das questões que se coloca, é quanto à avaliação da reparação de eventuais danos causados. Por exemplo, como será o processo de rearborização da área perdida da mancha de pinho bravo e como se irão requalificar os solos perdidos?
8. Quantos serão os postos de trabalho que se preveem criar direta e indiretamente e irá essa criação de postos de trabalho compensar todas as perdas inerentes à exploração da Mina? Foi equacionado um plano de impactos socioeconómicos que avalie o interesse e a sustentabilidade para as freguesias e populações em causa?

Palácio de São Bento, terça-feira, 7 de Março de 2017

Deputado(a)s

HORTENSE MARTINS(PS)

EURICO BRILHANTE DIAS(PS)